

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2016. -----

----- Aos sete dias do mês de Dezembro de dois mil e dezasseis, no auditório dos Paços do Município de Alpiarça, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alpiarça, cuja Mesa foi composta pelo seu Presidente: Fernando Rodrigues Louro e pelos 1.º e 2.º Secretários, respetivamente: Júlio Manuel Fernandes Pratas e João Pedro Antunes Osório, todos eleitos pela CDU-(PCP/PEV). -----

----- Para além dos membros da Mesa, compareceram nesta Assembleia os seguintes deputados municipais: Marco Heleno Domingos da Silva, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, João Pedro Silva, Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel, Miguel Ângelo Lopes Miranda e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo, eleitos pela CDU-(PCP/PEV), Ana Margarida Vences Rosa do Céu e Vera Cristina Melgado Capitão Ramiro, eleitos pelo Partido Socialista (PS), Paulo Duarte Sardinheiro, João Miguel Curvacho e Maria Domingas Mendonça, eleitos pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Verificou-se a falta de Ana Paula Agostinho Matias e António Júlio Pereira, ambos eleitos pela CDU-(PCP/PEV). Marcaram ainda presença: o Sr. Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, bem como Srs. Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira e João Pedro Costa Arraiolos, eleitos pela CDU-(PCP/PEV), Pedro Miguel Brás Gaspar, eleito pelo Partido Socialista (PS) e António Conceição Moreira, eleito pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- **A Ordem de Trabalhos** proposta na convocatória foi a seguinte: -----

Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro. -----

Ponto 2 - Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano e Proposta para o ano económico de 2017. -----

Ponto 3 - Apreciação e votação da Proposta de Dissolução da Lt – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM , nos termos do Projeto de Dissolução e Liquidação. CIMLT. --

Ponto 4 - Apreciação e votação da Proposta de Autorização para a Contratação de Contrato de Empréstimo de Curto Prazo para o exercício de 2017. Município de Alpiarça. -----

Ponto 5 - Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do Art.º 20 do Regimento. -----

Ponto 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta da ata, referente à sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia trinta de Setembro de dois mil e dezasseis. -----

----- **INÍCIO DA SESSÃO** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu início à sessão eram vinte uma horas e dois minutos, cumprimentando todos os presentes e informando quais as substituições ocorridas. -----

----- **1.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu início ao primeiro período de intervenção do público, solicitando o preenchimento da ficha de inscrição por parte dos interessados. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia não concedeu a palavra ao Sr. Vereador Francisco Cunha, apoiando-se num parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que pretendia intervir na qualidade de munícipe, neste período, dado encontrar-se com o mandato suspenso, apesar de ter um substituto nesta sessão da Assembleia Municipal.

----- O munícipe Sr. Henrique Arraiolos agradeceu, em nome do seu filho, o triatleta Miguel Arraiolos, o Agradecimento Público aprovado na última sessão desta Assembleia Municipal, pela sua participação nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Intervenções:** O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a informar quais os votos ou moções que lhe tinham chegado à Mesa, para serem discutidos e votados, após o que deu início a este período, solicitando inscrições aos Srs. Deputados que desejassem intervir. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro usou da palavra para lamentar que o Sr. Presidente da Assembleia não tivesse deixado falar o munícipe Francisco Cunha, no período do público, quando existem membros do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara e Vereadores e que simultaneamente são deputados municipais, o que indicia alguma promiscuidade com um órgão que deve fiscalizar a atividade da Câmara. Falou na queixa de um munícipe sobre valetas entupidas junto à quinta da Torre. Referiu que há

Pág. 2/14

peessoas que se continuam a queixar da falta de recolha de lixo, embora já se note uma maior recolha nos locais mais críticos. Falou da falta de iluminação nas ruas de Alpiarça, quer de madrugada, quer à noite. Referiu também a existência de lixos e entulhos em zonas verdes da vila, como o Patacão, Barragem e Paúl da Goux, e sugeriu que houvesse um cuidado especial em não deixar acumular monos nestes locais e removê-los. Sobre a obra de Ampliação do Jardim Municipal, lamentou que não tenha havido uma discussão pública sobre esta obra e fez algumas críticas à mesma, nomeadamente sobre a existência de uma grande área impermeabilizada e da criação de mais um café, o que irá dificultar a vida a outros estabelecimentos de cafetaria na zona. Perguntou se foram garantidos todos os procedimentos legais neste concurso e se estão acauteladas as possíveis ossadas que irão começar a aparecer quando começarem as obras, porque foi ali um cemitério. Perguntou ainda se irão cortar algumas das árvores com mais de cinquenta anos que ali estão. Falou da inexistência de uma passadeira junto da igreja, que foi suprimida e que cuja falta se faz notar. Finalizou com a questão da adoção da jornada contínua na maioria dos serviços municipais, pedindo explicações sobre as vantagens desse tipo de horário, já que as pessoas vão trabalhar menos horas. --

----- A Sr.^a Deputada Margarida do Céu perguntou para quando estava prevista a reparação do ar condicionado na Biblioteca Municipal. -----

----- O Sr. Deputado Celestino Brasileiro chamou a atenção para o facto de ter sido difundido nas redes sociais por um deputado desta Assembleia, um ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, entregue por mão a todos os deputados, juntamente com outra documentação, em que era remetida cópia de uma comunicação do Partido Socialista que dava conta da retirada da confiança política pela estrutura local desse partido, ao seu deputado nesta Assembleia, Luís Miguel Gomes Sá Pereira. Tratou-se não só de uma falta de respeito para com o Sr. Presidente da Assembleia e da falta de verdade quanto à forma como esse ofício foi distribuído a todos os membros da mesma, dando-se a entender que o documento teria sido entregue isoladamente por estafeta, quando o mesmo acompanhou outra documentação para apreciação nesta Assembleia Municipal. O que foi grave, isso sim, foi a divulgação do mesmo documento através das redes sociais, o que tornou público para o mundo, um documento que apenas interessava à Assembleia Municipal de Alpiarça. Celestino Brasileiro abordou ainda a divulgação também nas redes sociais de uma forte crítica destrutiva à obra de ampliação

Pág. 3/14

e remodelação do Jardim Municipal, onde a Câmara era acusada de ali ir construir uma praça comparada à Praça da Revolução, em Havana, Cuba, só sendo possível desmascarar essa mentira com a divulgação no Site do Município e também no Facebook de imagens tridimensionais do que se pretende fazer no Jardim Municipal e que nada tem a ver com o que querem fazer crer. O Deputado finalizou alegando que em política não pode ser um vale tudo, e que tanto a Assembleia Municipal, como a Câmara Municipal são Órgãos do Poder Local Democrático, dirigidas por pessoas respeitáveis e que não podem nem dever ser alvo deste género de aleivósidades.-----

----- A Sr.^a Deputada Domingas Mendonça colocou a situação de uma munícipe que a abordou no sentido de resolver uma situação que o Sr. Presidente da Câmara tem conhecimento, e que trata de uma grande inundação que ocorreu há cerca de sete anos, e que a senhora se teria queixado de ter sido mal recebida na Câmara.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara respondeu ao solicitado, tendo relativamente às questões Sr. Deputado Municipal Paulo Sardinheiro dito que a limpeza das valetas junto da Quinta Torre e da tal empresa que recebe os plásticos agrícolas é feita com alguma regularidade. Sobre a existência de Deputados Municipais que são membros do Gabinete de Apoio ao Presidente, disse que é uma questão antiga e há um parecer pedido pelo antigo Presidente da Assembleia Municipal, onde é bastante claro que não há qualquer conflito de interesses e que é absolutamente legal e regulamentar. Sobre a limpeza informou que houve alguma dificuldade na recolha de lixos durante o Verão, que foi informada pela câmara e que decorreu da avaria de equipamento, que inclusivamente obrigou ao aluguer de um camião de recolha de lixo. Quanto à iluminação disse que a situação está a ser acompanhada e que reportam as anomalias à EDP, que é a entidade que gere este processo. Quanto ao lixo ou entulho espalhado pelo concelho admitiu que é um facto comum a vários municípios, é uma má prática por parte de alguns munícipes e que a Câmara na medida do possível vai procurando limpar esses espaços, mas que há alguma proliferação dessa prática. Quanto ao Jardim Municipal é uma empreitada que vai decorrer ao abrigo da regeneração urbana e do Programa Comunitário de Regeneração Urbana, a Câmara de Alpiarça conseguiu cumprir os prazos muito apertados para entregar essa candidatura e a obra arrancará antes do final do ano corrente, por preços razoáveis e dentro das possibilidades do município.

Quanto ao ar condicionado da Biblioteca Municipal, uma questão colocada pela Sr. Deputada Margarida Céu, informou que só funcionou pouquíssimo tempo depois da inauguração da Biblioteca, que já foram feitas algumas tentativas de recuperação do equipamento e neste momento há um pedido de orçamentos para repôr o funcionamento do ar condicionado. Sobre a questão colocada pela Sr. Deputada Municipal Domingas Mendocha, disse que é uma situação que já se arrasta há há muito mais de sete anos, informou que a senhora teve uma grande inundação há quase 20 anos, na altura em que foi alcatroada a estrada e que subiu bastante em relação à soleira da porta. Há cerca de 7 anos houve outra inundação, a Câmara na altura fez umas obras de ligação de umas tubagens para melhorar a drenagem e as Águas do Ribatejo fizeram um coletor no exterior, o que melhorou a situação. Entretanto agora houve mais uma pequena inundação, o Sr. Presidente da Câmara disse que esteve lá ontem e que brevemente será feita uma nova intervenção, mas que não há certeza absoluta que a senhora fique com o problema resolvido, porque o quintal da senhora é muito fundo não só em relação à estrada, mas também em relação aos vizinhos. -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos explicou que em relação ao novo horário de jornada contínua praticado agora na Câmara Municipal, partiu de uma avaliação que foi feita a alguns serviços que já tinham esse tipo de horário e aos pedidos feitos por outros funcionários para usufruírem desse horário e teve-se também em conta o serviço prestado à população, uma vez que tanto os Paços do Município como a Biblioteca Municipal passaram a estar abertos ao público à hora de almoço, mais informou que este tipo de horário só foi implementado onde era possível e que outros serviços mantêm o mesmo horário que tinham anteriormente. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia concedeu uma segunda ronda de perguntas. -----

----- O Sr. Deputado João Pedro Silva defendeu a ampliação e modernização do Jardim Municipal. -----

----- A Sr.^a Deputada Margarida Céu perguntou o motivo de se ter deixado de cobrar o aluguer de certas salas do Museu por 1500 euros e dessa salas passarem a ser cedidas gratuitamente e não haver ao menos a cobrança de um valor simbólico para ajuda da manutenção, limpeza, eletricidade etc. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro concordou que efetivamente a área de jardim vai triplicar relativamente à existente e que a área de pavimento também vai ter um

crescimento absurdo e não concorda como Sr. Presidente da Câmara, quando disse que não houve tempo de discutir a obra, uma vez que tiveram três anos para o fazer, já que a obra fazia parte do programa eleitoral da CDU. -----

----- O Sr. Deputado João Curvacho relativamente à limpeza de valetas, defendeu que o problema do entupimento das valetas que ladeiam os caminhos rurais tem muitas vezes a ver com a má utilização dos tratores e alfaías agrícolas por parte dos agricultores, que usam os caminhos municipais para volteio e para deposição de restos de culturas, nomeadamente de plásticos e que nesses casos a fiscalização municipal devia atuar. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara respondeu às várias questões colocadas pelos diversos Deputados. Quanto à utilização do pólo enoturístico o Sr. Presidente da Câmara referiu que a Câmara não tem cobrado a respetiva taxa de utilização aquando da cedência do espaço, até porque têm sido sobretudo entidades com estatuto de utilidade pública, como as associações do concelho, assim como grupos informais de munícipes constituídos para a organização festas de Comemoração dos 50 ou dos 60 Anos, por exemplo, a realizar lá iniciativas. Por outro lado, o valor da taxa, apurado pela fórmula que definiu os custos de cada serviço e esteve na base dos montantes fixados na tabela de taxas e licenças, é extremamente elevado e, por isso, inibidor da utilização daquele espaço por particulares. Assim, por estas razões, e também pelo aumento da oferta com a disponibilização do novo auditório da Casa dos Patudos, a cedência do pólo enoturístico tem sido autorizada com isenção de taxas. Relativamente ao Jardim Municipal, concordou em parte com o foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Sardinheiro, alegando que a estética é subjetivava e cada pessoa terá a sua opinião, mas o que se vai procurar ali fazer é perfeitamente enquadrável naquilo que se faz agora um pouco por todo o lado, que é dar um ar renovado àquele espaço, mantendo os elementos que conferem a sua identidade, mas que como em qualquer intervenção lhe vai acrescentar novos elementos, como em qual obra onde há reabilitações. Concordou plenamente com o que foi referido pelo Sr. Deputado João Curvacho e caso tenha identificados alguns locais, agradeceu o seu envio ao Gabinete de Fiscalização. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia respondeu às questões colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Sardinheiro, dizendo que em relação à intervenção dos senhores Vereadores nas Assembleias Municipais, está perfeitamente definido na Lei, podem fazê-lo em três situações: A solicitação do Plenário, por autorização do Presidente da Câmara

e para defesa da honra. Um Vereador não perde a essa qualidade pelo facto de pedir a suspensão do mandato e seria ridículo e uma fraude à Lei se em cada Assembleia Municipal um Vereador passasse a suspender o mandato só para falar enquanto público. Mais informou que para além disso tem um parecer claro sobre o assunto emitido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses e que isso foi devidamente informado aos dois vereadores da oposição, para se evitarem precisamente situações como a que aconteceu hoje com o Vereador Francisco Cunha. Relativamente aos dois Deputados Municipais que fazem parte do Gabinete de Apoio ao Presidente, é uma situação que está disseminada por todo o país e que não é proibida por Lei. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu início a este período. -----

----- **Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que este documento reflete sobretudo a atividade da Câmara entre a Assembleia Municipal de trinta de Setembro último e a de hoje. De entre as informações prestadas destacou o 1.º Encontro de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Contesto Escolar, que decorreu no Auditório da Casa Museu dos Patudos e onde participaram algumas das principais personalidades que têm responsabilidades nesta matéria. Destacou também a visita da Sr.ª Secretária de Estado Adjunta e da Educação à Escola E,B 2,3 Secundária José Relvas no dia 20 de Outubro, na sequência de um conjunto de reuniões e abordagens até com anteriores governos, sobre a necessidade de recuperar e reabilitar esta escola que foi transferida há uns anos para a Câmara Municipal de Alpiarça e não foi efetuada qualquer melhoria no edifício nessa data, tendo a Sr.ª Secretária de Estado vindo anunciar a inclusão desta obra na lista das comparticipadas pelos Fundos Comunitários, sendo que a parte remanescente será dividida em partes iguais pelo Ministério e pela Câmara Municipal. Referindo-se à dívida municipal informou que em relação à situação encontrada e reportada 31/12/2009, foram pagos 4,2 milhões de euros ou seja 31% do global. -----

----- O Sr. Deputado João Curvacho perguntou qual a percentagem utilizada do empréstimo a curto prazo da Câmara de Alpiarça e o motivo da diferença entre o valor de algumas despesas compromissadas e as receitas. -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos respondeu que o valor do empréstimo a curto prazo é de 500.000 euros, que é o que foi aprovado pela Assembleia Municipal e que está a ser utilizado na sua totalidade. Quanto à diferença entre as despesas compromissadas e as receitas, informou que todas as despesas previsíveis para o ano inteiro são compromissadas logo no início do ano e nelas se incluem também as dívidas de curto prazo, e que as receitas de todo o ano ainda não estão contabilizadas, daí as diferenças. -

----- Deu-se por concluído este ponto. -----

Ponto 2 - Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano e Proposta para o ano económico de 2017. -----

----- **Intervenções:** -----

----- A Sr.ª Deputada Margarida Céu pediu explicações sobre a aprovação de um projeto por iluminação LED em conjunto com a CIMLT, que não consta da documentação disponibilizada pela própria CIMLT no entanto faz parte das GOP's do Município. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro opinou que o orçamento está muito empolado na parte das receitas e que muitas das receitas previstas não se irão concretizar, dizendo que a verba que o espanta mais é um valor próximo dos 2 milhões de euros, respeitante a determinadas vendas.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara relativamente à pergunta da Sr.ª Deputada Margarida Céu, explicou que são coisas diferentes, uma coisa são a iluminação dos edifícios públicos e a outra é a iluminação pública LED, e o Município de Alpiarça candidatou-se à iluminação pública por LED. -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos respondeu às dúvidas suscitadas pelo Sr. Deputado Paulo Sardinheiro. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia concedeu uma segunda ronda de perguntas. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro disse constatar que há uma expectativa de quase dois milhões de euros de vendas, ora se essas vendas não se concretizarem, a Câmara fica sem verbas para contrabalançar despesas que tenha orçamentado, o que é que acontecerá? -----

----- O Sr. Deputado João Pedro Silva perguntou se está previsto em orçamento a devolução de parte dos rendimentos do trabalho que têm vindo a ser usurpados aos funcionários públicos pelo governo PSD-CDS. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara em relação à pergunta do Sr. Deputado Paulo Sardinheiro referiu que o orçamento é o mais rigoroso possível tendo em conta as circunstâncias e que nunca nos últimos dezoito anos nunca houve níveis de execução do orçamento como nos últimos três últimos anos, isto porque no passado se faziam orçamentos de doze milhões de euros e depois se executavam seis milhões e diz não perceber porque é que o senhor deputado se escandaliza com o presente orçamento. ----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos respondeu às dúvidas suscitadas pelo Sr. Deputado João Pedro Silva, dizendo que as despesas com vencimentos se manterão, mas que serão efetuados menos descontos e conseqüentemente serão entregues menos descontos ao Estado. Acrescentou que o facto de pela nova Lei o orçamento municipal ter de ser entregue na Assembleia Municipal até ao dia 31 de Outubro de cada ano, condiciona o trabalho das equipas que executam o orçamento, porque nesta altura ainda não há Orçamento de Estado, quando antigamente o orçamento da câmara era entregue em geral em Dezembro, em que já era conhecido o OGE. -----

----- **Votação do Ponto:** O ponto foi aprovado por maioria, com nove votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), dois votos contra da bancada do PS e três votos contra da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). O Sr. Deputado João Curvacho entregou declaração de voto escrita, que aqui se reproduz na íntegra: Serve a presente declaração de voto, para demonstrar o meu descontentamento perante a realidade que está patente nos documentos que nos foram apresentados. Mais uma vez, Alpiarça é uma terra votada ao abandono e o atual executivo não pode continuar a desculpar-se com o pesado fardo da dívida, pois como é demonstrado, a dívida não impede que se façam investimentos que em pouco contribuem para a melhoria das condições de vida da população. Vejamos então o seguinte meus Senhores; Em termos de limpeza e higiene, são previstos gastar 28750€, o que contrasta com o que se vai pagar em estudos e pareceres que a saber, serão 72700€. É referido que irão ser gastos 342300€ em parques e jardins contra 61000€ em viadutos, arruamentos e obras complementares, o que só nos pode fazer pensar que o que conta em Alpiarça é a imagem que transparece para o exterior em detrimento da melhoria de qualidade de vida da população, e dos

Pág. 9/14

que cá trabalham. Vejamos então os parques 6000€ previstos para a viação dum concelho como o nosso, que tem uma matriz vincadamente rural e onde acontecem situações completamente absurdas com as que acontecem nos dias de hoje, onde os caminhos municipais não são respeitados, é caso para dizer que cada um faz o que quer e a Câmara assiste impávida e serena. No que à receita diz respeito, a situação não é melhor, pois é necessário saber de onde vêm os 280000€ previstos na venda de terrenos e o que são os 418000€ na rubrica 051099. Temos uma previsão de receita de 50000€ em sucata. Será que a Autarquia vai vender todo o parque de máquinas que tem, visto o mesmo estar mais do que obsoleto? Onde é que estão as receitas vindas do Turismo e dos Serviços Culturais, os apoios que os privados dão para a promoção das suas empresas em eventos importantes para a região. São os 32000€ previstos nas receitas das feiras? Depois temos em vendas de sociedades e quase sociedades não financeiras, uma verba superior a 1000000€. Pergunto eu, que sociedades são estas e que documentos deram origem a esta estimativa de valores. Em jeito de conclusão, podemos e devemos afirmar que não existe uma procura de diversificação de receitas, podendo mesmo afirmar que algumas destas previsões podem não ser realistas. No que à despesa diz respeito, não existe investimento produtivo, não se vislumbra uma mudança do paradigma de gestão, centrada no cidadão e na atratividade do investimento privado. Infelizmente continuamos na mesma, e como diz o ditado popular *“Para realizarmos qualquer projeto, devemos começar sempre ontem, pois o hoje já se foi e o amanhã ainda nem chegou. Lança-se a ideia ontem, realiza-se hoje e desfruta-se amanhã.”*

-----**INTERVALO**-----

Ponto 3 - Apreciação e votação da Proposta de Dissolução da Lt – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM , nos termos do Projecto de Dissolução e Liquidação. CIMLT.

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro perguntou se este processo de dissolução tem custos para a autarquia e se os ativos passam para a Câmara ou se ficam na CIMLT. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara explicou que a participação, quer em espécie quem em capital vai ser devolvido às autarquias, o que passou para a CIMLT foram as competências e o assumir de responsabilidades para com o pessoal contratado. -----

----- **Votação do Ponto:** O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto 4 - Apreciação e votação da Proposta de Autorização para a Contratação de Contrato de Empréstimo de Curto Prazo para o exercício de 2017. Município de Alpiarça. -----

Intervenções: -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro colocou algumas reticências sobre este pedido de empréstimo, considerando que de ano para ano se tem vindo a aumentar o valor dos empréstimos de curto prazo, em detrimento dos empréstimos de médio e longo prazos e se há garantia de que a autarquia não irá usar este empréstimo para pagar o anterior. ----

----- A Sr.^a Deputada Fernanda Cardigo opinou que não a choca nada a contratação deste empréstimo, uma vez que em Executivos anteriores o endividamento se fazia à razão de mais de um milhão de euros por ano, enquanto agora o Executivo já pagou mais de quatro milhões de euros de empréstimos em dívida e vai socorrer-se de um empréstimos de setecentos mil euros, que ainda por cima é de curto prazo. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que este empréstimo não se traduz em aumento de endividamento, até porque tem de ser pago até ao fim do ano, quando é sabido que a tradição neste município era sim de um endividamento de mais de um milhão de euros por ano. Considerou ainda que não é cordial e justo que se fale em execução de obras e investimento e depois se apontem críticas à autarquia por usar os meios legais para o fazer e que este tipo de atitudes mina inclusivamente o relacionamento político entre órgãos. Porque é sabido que além do Executivo atual estar privado desse tal mais de um milhão de euros por ano de receita em empréstimos, ainda por cima já pagou mais de quatro milhões de euros em dívida, o que resulta que os executivos CDU nestes sete anos teriam tido mais de onze milhões de euros para gastar, o que pode dar uma ideia do que poderia estar a ser feito e não se faz. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro, disse que não se trata de investimento, opinou que o que vê é que a câmara começa a ter imensas dificuldade em pagar as despesas correntes e que o endividamento de curto prazo tem vindo a aumentar, ano após ano. ---

----- O Sr. Presidente da Câmara voltou a reiterar que os empréstimos de curto prazo são para pagar no final do ano e como tal não podem contar para aumento da dívida

----- O Sr. Vereador João Arraiolos disse que basicamente o Sr. Presidente da Câmara já respondeu às questões formuladas pelo Sr. Deputado Paulo Sardinheiro e que o

empréstimo de curto prazo é para pagar até ao final do ano, mas é claro que se não for possível, teremos de utilizar parte deste novo empréstimo, para liquidar o anterior. -----

----- **Votação do Ponto:** O ponto foi aprovado por maioria, com nove votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), dois votos contra da bancada do PS e três abstenções da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

Ponto 5 - Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do Art.º 20 do Regimento. -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia informou que este ponto ficou prejudicado, em virtude de não ter dado entrada qualquer documento na Mesa. -----

Ponto 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta da ata, referente à sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia trinta de Setembro de dois mil e dezasseis. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia pôs o ponto à discussão. -----

----- A Sr.ª Deputada Fernanda Cardigo usou da palavra para dizer que na página dezassete da ata, no primeiro parágrafo quando onde está escrito “O Sr. Presidente da Assembleia, face à negação da Bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) de retirar o Voto de Louvor à GNR, comunicou que a decisão da Mesa da Assembleia, era a de não aceitar este documento para discussão e votação”, se lembra que o Sr. Deputado Mário Santiago dirigindo-se ao Sr. Presidente da Assembleia, ter dito “você é uma vergonha, é um mentiroso” e que estas palavras foram ditas e em sua opinião deviam constar na ata.

----- A Sr.ª Deputada Domingas Mendonça, em relação à redação da intervenção da munícipe Joana Serrano no período do público, opinou que a mesma está bastante resumida, que não se percebe nada do que foi a sua intervenção, mas que por outro lado a resposta do Sr. Presidente da Assembleia está muito pormenorizada, não descreveram em ata o que disse a munícipe Joana Serrano, mas descreveram ao pormenor a resposta do Sr. Presidente da Assembleia e que não pode concordar com esta redação. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia informou que a Lei e o Regimento da Assembleia são muito claros sobre o assunto e sobre as atas é determinado que “ 1. De cada reunião ou sessão é lavrada ata, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a

Pág. 12/14

forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto de a ata ter sido lida e aprovada. 2. Das atas deverão também constar uma referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro propôs que a ata fosse retirada, que fosse ouvida a gravação e que se fizesse uma nova redação, com as correções sugeridas. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia informou que a metodologia seguida não vai ser essa nem tem sido essa e que as senhoras deputadas que discordaram da redação, devem apresentar o trecho da ata que querem ver alterado. A Sr.ª Deputada Fernanda Cardigo disse que a sua proposta era que a redação ficasse: “O Sr. Deputado Mário Santiago reagiu, discordando da decisão e disse concretamente, você é uma vergonha, você é mentiroso”. -----

----- A Sr.ª deputada Domingas Mendonça disse não ter estado presente na anterior Assembleia, e como tal não ouviu o que foi dito pela munícipe Joana Serrano, por isso não pode apresentar qualquer proposta de redação que substitua a que está na proposta de ata. ---

----- O Sr. Presidente da Câmara disse que embora não fazendo parte da Assembleia, reparou que parece haver uma gralha na terceira linha da página sete da ata, quando usava da palavra o Sr. Deputado Mário Santiago, e onde está escrito “PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO que se impunha em 1999”, pensa que o ano será “2009 em vez de 1999”. ---

----- **Votação do Ponto:** O ponto foi aprovado por maioria, com oito votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), dois votos contra da bancada do PS e um voto contra da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- Em declaração de voto, o Sr. Deputado Paulo Sardinheiro disse que votou contra a redação da presente ata porque a mesma não reflete aquilo que foi dito pelos munícipes Joana Serrano e João Pedro Céu, desconsiderando qualquer outro munícipe que venha aqui intervir, sejam eles quem forem, porque sabem que as suas intervenções não ficarão registadas convenientemente nas atas da Assembleia Municipal. -----

----- **2.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu início ao segundo período de intervenção do público, solicitando o preenchimento da ficha de inscrição por parte dos interessados. ---

----- No uso da palavra o munícipe Sr. Pedro Bernardo disse não concordar que o Sr. Vereador Francisco Cunha, que neste momento tem o mandato suspenso, fosse proibido de usar da palavra enquanto munícipe. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia disse que nada mais tinha a acrescentar ao que já hoje por si foi dito nesta sessão em relação ao assunto. -----

----- **PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS PARA ALÉM DAS 24:00 HORAS** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal ao abrigo do n.º 1 do art.º 13.º do Regimento e dado terem sido atingidas as 24:00 horas, pôs à consideração do plenário o prolongamento dos trabalhos. Procedendo-se a votação, o avanço dos trabalhos foi aprovado por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA SESSÃO** -----

----- Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eram zero horas e oito minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata, se lavrou minuta da presente ata, que foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

----- Presidente _____

----- 1º Secretário _____

----- 2º Secretário _____